

**A. I. Nº** - 279757.0026/03-0  
**AUTUADO** - VITORIAGRILL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.  
**AUTUANTE** - AGILBERTO MARVILA FERREIRA  
**ORIGEM** - INFAZ IGUATEMI  
**INTERNET** -18.03.04

**1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0075/01-04**

**EMENTA: ICMS. 1.** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. BEBIDAS ALCOÓLICAS, SUCOS, BALAS, CAFÉ, ETC. RECOLHIMENTO EFETUADO A MENOS. Refeitos os cálculos, para correção do percentual da MVA e para exclusão de valores lançados em duplicidade. **2.** DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MATERIAL DE CONSUMO. Correto o lançamento. **3.** RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS A CONTRIBUINTE NÃO INSCRITO. Imputação não contestada pelo sujeito passivo. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/11/03, apura os seguintes fatos:

1. recolhimento de ICMS devido por antecipação efetuado a menos, nas aquisições interestaduais de mercadorias relacionadas nos anexos 69 e 88 [*sic* – i.é, mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária], sendo lançado imposto no valor de R\$ 14.141,82, mais multa de 60%;
2. falta de pagamento da diferença de alíquotas nas aquisições interestaduais de mercadorias destinadas a consumo do estabelecimento, no valor de R\$ 3.124,89, com multa de 60%;
3. falta de pagamento de ICMS devido a título de responsabilidade solidária, relativamente a mercadorias adquiridas de pessoa não inscrita no cadastro de contribuintes, sem os devidos documentos fiscais, sendo lançado imposto no valor de R\$ 911,44, mais multa de 70%;
4. falta de pagamento de ICMS devido a título de responsabilidade solidária, relativamente a mercadorias adquiridas de pessoa não inscrita no cadastro de contribuintes, sem os devidos documentos fiscais, sendo lançado imposto no valor de R\$ 42,84, mais multa de 70%.

O autuado apresentou defesa reclamando que no levantamento do débito do item 1º houve erro na aplicação da MVA. Aponta Nota Fiscal computada em duplicidade. Questiona a exigência do imposto por antecipação no que concerne a balas personalizadas, alegando que estas não se destinam a comercialização. Quanto à diferença de alíquotas, aponta uma série de documentos que diz serem relativos a bens que não são destinados a consumo, mas sim ao ativo imobilizado.

O fiscal autuante prestou informação concordando em parte com a defesa no tocante à MVA, admitindo que realmente a empresa Expand Group Brasil é de natureza comercial, mas observando que a empresa Luiz Valduga & Filhos Ltda. é uma indústria. Reconhece que no levantamento fiscal foi incluída duas vezes a Nota Fiscal 17664 [Luiz Valduga & Filhos Ltda.]. Não concorda com a defesa quanto à alegação de que não é devida a antecipação do imposto nas aquisições de balas personalizadas. O fiscal também não concorda com a defesa no tocante às mercadorias que segundo o autuado não se destinam a consumo e sim ao ativo imobilizado,

dizendo o autuante que em relação a tais mercadorias não há controle de forma a precisar se de fato se destinam ao ativo fixo.

## VOTO

O 1º item do presente Auto de Infração refere-se a ICMS devido por antecipação recolhido a menos, nas aquisições interestaduais de bebidas alcoólicas, sucos, cafés, balas e salgadinhos. O contribuinte apontou erros do levantamento. O fiscal autuante concordou em parte com a defesa, mas não refez os cálculos do débito, como devia. A fim de evitar o retardamento da decisão da lide, com prejuízos para o Estado e para o sujeito passivo, por esse fato, eu mesmo farei a revisão dos cálculos, embora reconheça que não é este o papel de julgador.

Em dezembro de 2000 e nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, julho e novembro de 2001, precisam ser refeitos os cálculos das Notas Fiscais de Expand Group Brasil Ltda., pois a MVA aplicável é de 40%, e não de 60%. Além das Notas Fiscais apontadas pela defesa, há ainda a Nota Fiscal 55342, de maio de 2001, na mesma situação. Também precisa ser abatida a Nota Fiscal 17664 de Luiz Valduga, lançada em duplicidade em maio de 2001. Em relação a este último emitente, observo que não foi feita prova de tratar-se de atacadista (a prova juntada pela defesa demonstra ser empresa industrial). Mantidos os valores relativos às Notas Fiscais 1282 e 2115 de Ind. e Com. de Fio Dental Tay Ltda., pois, apesar de se tratar de brindes (e brindes, em princípio, integram o regime normal de apuração), os aludidos documentos dizem respeito a mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária (balas – fls. 128-129). Eis os cálculos:

NF	B. CÁLC.	ALÍQ.	CRÉDITO	MVA	BC/ST	ALÍQ.	DÉBITO	ICMS DEVIDO
<b>Parcela relativa a novembro de 2000</b>								<b>636,57</b>
32775	1.700,40	7	119,02	40	2.380,56	25	595,14	476,12
32776	367,56	7	25,72	40	514,58	25	128,65	102,93
32777	5.521,92	7	386,53	40	7.730,69	25	1.932,67	1.546,14
32778	3.779,76	7	264,58	40	5.291,66	25	1.322,92	1.058,34
Soma								3.183,53
Valor apurado no levantamento fiscal								3.752,00
Quantia a ser abatida								568,47
Total do imposto lançado no mês								1.749,57
<b>Débito remanescente do mês de dezembro de 2000</b>								<b>1.181,10</b>
38311	735,86	7	51,51	40	1.030,20	25	257,55	206,04
Quantia a ser abatida								36,79
Total do imposto lançado no mês								363,36
<b>Débito remanescente do mês de janeiro de 2001</b>								<b>326,57</b>
40943	615,42	7	43,07	40	861,59	25	215,40	172,33
40944	222,60	7	15,58	40	311,64	25	77,91	62,33
Soma								234,66
Valor apurado no levantamento fiscal								276,56
Quantia a ser abatida								41,90
Total do imposto lançado no mês								337,59
<b>Débito remanescente do mês de fevereiro de 2001</b>								<b>295,69</b>
44427	746,40	7	52,24	40	1.044,96	25	261,24	209,00
Quantia a ser abatida								37,32
Total do imposto lançado no mês								440,14
<b>Débito remanescente do mês de março de 2001</b>								<b>402,82</b>
47850	1.793,28	7	125,52	40	2.510,59	25	627,65	502,13
Quantia a ser abatida								89,66
Total do imposto lançado no mês								1.004,93

<b>Débito remanescente do mês de abril de 2001</b>								<b>915,27</b>
52496	2.331,42	7	163,20	40	3.263,99	25	816,00	652,80
55342	1.392,00	7	97,44	40	1.948,80	25	487,20	389,76
Soma								1.042,56
Valor apurado no levantamento fiscal								1.228,73
Quantia a ser abatida								186,17
Total do imposto lançado no mês								2.154,81
Saldo, após correção da MVA								1.968,64
NF 17664 de Luiz Valduga, lançada em duplicidade								243,54
<b>Débito remanescente do mês de maio de 2001</b>								<b>1.725,10</b>
<b>Parcela relativa a junho de 2001</b>								<b>312,72</b>
189257	297,15	7	20,80	40	416,01	25	104,00	83,20
Quantia a ser abatida								14,86
Total do imposto lançado no mês								695,50
<b>Débito remanescente do mês de julho de 2001</b>								<b>680,64</b>
<b>Parcela relativa a agosto de 2001</b>								<b>363,20</b>
<b>Parcela relativa a setembro de 2001</b>								<b>1.708,73</b>
<b>Parcela relativa a outubro de 2001</b>								<b>2.375,63</b>
82565	1.152,00	7	80,64	40	1.612,80	25	403,20	322,56
82043	918,34	7	64,28	40	1.285,68	25	321,42	257,14
Soma								579,70
Valor apurado no levantamento fiscal								683,22
Quantia a ser abatida								103,52
Total do imposto lançado no mês								1.999,07
<b>Débito remanescente do mês de novembro de 2001</b>								<b>1.895,55</b>
<b>Total remanescente do item 1º</b>								<b>12.819,59</b>

O 2º item diz respeito a diferença de alíquotas. O autuado alega que, sendo empresa optante pelo pagamento do imposto em função da receita bruta, com base no art. 504 do RICMS/97, está dispensada do pagamento da diferença de alíquotas, conforme prevê o art. 7º, IV, “b”, nas aquisições de bens do ativo imobilizado. Em face disso, aponta uma série de documentos relativos a bens que diz não serem destinados a consumo, mas sim ao ativo imobilizado. O fiscal declarou não concordar com a defesa, mas sem fundamentar a razão de sua discordância, dizendo apenas que não há controle de forma a precisar se de fato os bens se destinam ao ativo permanente. Analisando os elementos constantes nos autos, noto que os documentos se referem a aquisições de legumeiras, copos, jarras, talheres, porta-talheres, bandejas, utensílios de cozinha, etc. Esses bens não são enquadráveis no ativo permanente. São bens de uso. O dispositivo regulamentar em que se apegou a defesa (art. 7º, IV, do RICMS/97) foi objeto das Alterações nº 4, 5, 15 e 39. Literalmente, a norma regulamentar em apreço não dispensa o pagamento da diferença de alíquotas de bens de uso e consumo, mas apenas de bens do ativo imobilizado. Mantenho o débito lançado.

A defesa não impugnou os itens 3º e 4º.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **279757.0026/03-0**, lavrado contra **VITORIAGRILL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 16.898,76**, acrescido das multas de 60% sobre

R\$ 15.944,48 e de 70% sobre R\$ 954,28, previstas no art. 42, inciso II, “d” e “f” e inciso III, da Lei nº 7.014/96, e dos demais acréscimos legais, homologando-se a quantia já paga.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de março de 2004.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR